

Os exames do ensino primário nas escolas isoladas de Porto Alegre

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma reflexão acerca dos exames do ensino primário de escolas isoladas, entre os anos de 1873 e 1919. A análise documental parte de um conjunto de livros contendo os registros de atas de exames de oito aulas públicas de Porto Alegre no respectivo período. O artigo focaliza especificamente os sujeitos envolvidos nesses processos, buscando compreender nestas práticas escolares de avaliações anuais, especificamente, a composição das comissões examinadoras e as representações acerca do desempenho final dos alunos.

Palavras-chave: atas de exames; escolas isoladas; exames.

Joseane Leonardi Craveiro El Hawat

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

joseaneh@yahoo.com.br

Introdução

O presente estudo pretende realizar uma reflexão acerca dos exames do ensino primário de escolas isoladas, visando problematizar tais avaliações escolares anuais, seus examinadores e, ainda, compreender a questão do aproveitamento final dos alunos. A análise detém-se entre os anos de 1873 e 1919, uma vez que a análise documental parte de um conjunto de livros contendo os registros de atas de exames de oito aulas públicas de Porto Alegre no respectivo período.

Há de se considerar que as aulas públicas analisadas configuravam-se estrutural e regimentalmente como escolas isoladas. De acordo com Eliane Peres, a escola isolada era aquela que funcionava “em um mesmo prédio, com um único professor ou professora, com grupo de alunos de todos os ‘graus de adiantamento’ e idades em uma mesma sala de aula” (2000, p. 76). Mesmo com a instalação do colégio elementar¹ em 1909, o modelo da escola isolada continuou concentrando um número expressivo de alunos no Rio Grande do Sul, de acordo com recentes pesquisas sobre o assunto. Para além do significativo número de escolas isoladas e da concentração de matrículas nessas instituições, a ênfase deve ser dada ao papel social desempenhado pelas mesmas. As escolas “de apenas uma sala” foram defendidas em documentos oficiais como aquelas capazes de levar educação à população dispersa pelo território gaúcho, sendo este território tanto urbano, quanto rural. É nesses alunos que este estudo tem interesse: o grupo de alunos que, entre o final do período imperial e início da república, está nas escolas isoladas, apesar de todas as dificuldades que a instrução pública apresentava, entre as quais estavam os baixos vencimentos dos mestres e as precárias condições estruturais das escolas – prédios e materiais. Focalizando essa escola, e os alunos que ali estavam inseridos, pretende-se compreender como os mesmos eram avaliados através dos exames e exercícios, como eram compostas as comissões examinadoras e quais as representações acerca do desempenho final dos alunos, no período em estudo.

A história cultural e os exames escolares

De acordo com Peter Burke (2008), na perspectiva da história cultural, o campo historiográfico de investigação torna-se extenso por considerar as diferentes possibilidades de analisar a trajetória do homem no tempo e espaço. Seus estudos compreendem as mais variadas produções do próprio homem, procedendo à observação das representações, da cultura letrada, da cultura popular, das diferentes manifestações sociais de determinados grupos, a produção cultural de sociedades diversas, cotidianos,

¹ A criação dos colégios elementares representou a adoção de um modelo escolar pautado na organização de grupos homogêneos de alunos em classes graduadas, no ensino simultâneo e no controle rígido das atividades pelo tempo. Posteriormente vieram a ser denominados de grupos escolares (Peres, 2000, p. 76-89).

religiões, normas de condutas, sistemas de educação, cultura material. Outro aspecto relevante destacado pelo autor é que a história cultural é “multidisciplinar, bem como interdisciplinar; em outras palavras, começa em diferentes lugares” (p.170). O historiador Roger Chartier vem a indicar, em sua obra *A História Cultural, entre práticas e representações*, que

A história cultural, tal como a entendemos, tem como objeto principal identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (2002, p. 16-17).

Pensar sobre a realidade social nos remete ao conceito de representação. Segundo Chartier, as representações são “esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado” (2002, p.17). São estratégias de pensar a realidade e construí-la. Conforme o autor, as percepções do social “não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros” (Chartier, 2002, p. 17).

É no estudo das representações, entendendo-as “como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições” que se intenciona refletir sobre os exames como práticas escolares de classificação. Tais práticas de classificação, os exames das escolas isoladas, são compreendidas neste artigo como integrantes da cultura escolar, que Dominique Julia descreve como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (2001, p.10). A partir das atas resultantes destes rituais anuais das escolas, pretende-se, num primeiro momento, compreender as escolhas dos examinadores, sujeitos que estavam incumbidos de avaliar, e por fim, classificar um grupo de alunos. Em seguida, o exame se detém na apreensão das representações sobre o desempenho dos alunos.

Os exames do ensino primário e os livros de registro

As práticas dos exames escolares, tais como as realizadas nas aulas públicas de Porto Alegre, não foram práticas que surgiram no referido período, e nem são originárias desta região. O modelo de exames foi sendo estruturado ao longo dos séculos XVI e XVII, conforme elementos encontrados nas sistematizações dos católicos – Companhia de Jesus – e dos protestantes – Jan Amos Comenius.

O *Ratio atque Institutio Studiorum Societatis Jesus* trazia a proposta de organização pedagógica dos católicos, tendo por finalidade normatizar o funcionamento dos colégios jesuítas mediante regras comuns para todos os estabelecimentos da ordem, e em qualquer lugar (Saviani, 2007, p. 53-54). O *Ratio Studiorum* foi publicado em Roma, no ano de 1599, e era constituído por um conjunto de regras que cobriam todas as atividades dos agentes diretamente ligados ao ensino: reitor, assistentes, professores e alunos. Desse conjunto, 467 ao total, 11 regras foram destinadas a normatizar a realização dos exames escritos, prevendo, inclusive a distribuição de prêmios para os alunos (Saviani, p. 54-55).

Comenius, por sua vez, apresenta em sua obra *Didactica magna*, de 1657, uma concepção pedagógica fundamentada num ideal religioso “que concebe o homem e a natureza como manifestações de um preciso desígnio divino” (Cambi, 1999, p. 286), em que a educação é um modelo universal do homem virtuoso, proposta para reformar a sociedade e os costumes (Cambi, p, 286).

Quanto aos exames, o *tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*, subtítulo da *Didactica magna*, sugere que autoridades civis deveriam assistir as realizações de provas públicas (exercícios, exames e sabatinas) e distribuir louvores e prêmios para os alunos considerados mais estudiosos, como uma maneira de favorecer o aprendizado das crianças.

A partir dessas recomendações pedagógicas iniciais, muitos aperfeiçoamentos foram empreendidos nos modelos dos exames a serem adotados durante os séculos seguintes. No que se refere ao Brasil imperial, alguns elementos quanto a tais práticas escolares podem ser encontrados na obra de Rosa Fátima de Souza (2008). No final do Império os exames eram apresentados como uma inovação recente, observando que o tempo de duração do curso primário acompanhava mais o ritmo da aprendizagem dos

alunos do que uma determinação externa (Souza, 2008, p. 40). Segundo a autora, as avaliações nas escolas de primeiras letras da Província de São Paulo eram assistemáticas e precárias. Através da reforma republicana da instrução pública foram instituídos nos dispositivos legais o exame como atividade sistemática e contínua no ensino primário, submetendo-o a uma série de normatizações (Souza, 1998, p.242), e os exames vieram a aperfeiçoar a organização dos alunos em classes e séries e, ao mesmo tempo, tais práticas se estabeleceram como mecanismos de controle, punição e hierarquização (Souza, 2008, p. 49).

Interessando-se por compreender quais eram os alunos avaliados nas escolas isoladas e o desempenho destes alunos, foram aqui analisados oito livros de registros, contendo as atas dos exames finais do ensino primário das aulas públicas e os registros das inspeções e termos de visitas realizadas nas respectivas escolas². Estes livros de atas possuem informações de oito diferentes aulas públicas de Porto Alegre, sendo sete delas aulas mistas e apenas uma “do sexo feminino”. Quanto ao período dos apontamentos, os livros abrangem 47 anos de registros, entre os anos de 1873 (início do livro de atas de exames da 4ª Aula Pública do sexo feminino) e 1919 (final do livro de atas de exames da 37ª Aula Mista). Tais apontamentos foram manuscritos, na forma de um relato contendo informações referentes à composição da banca examinadora presente no momento do exame, os alunos avaliados e quais obtiveram aproveitamento, destaques quanto aos conteúdos exigidos e, por fim, a descrição de situações, tais como, votos de louvor ao docente responsável, declamação de poesias e cânticos pelos alunos e as assinaturas da comissão examinadora.

Em um primeiro momento, o documento segue a introdução padrão adotada em atas, sendo indicada a data por extenso da realização do exame: “aos vinte e um dias do mez de novembro de 1893 na sala de aula pública, sob a direcção da professora, Ima. Sra. D. Maria Ignez Garibaldi (...)” (Livro de ata Aula Mista da rua Voluntários da Pátria).

Com relação ao período em que eram realizadas as avaliações anuais das respectivas aulas em estudo, percebe-se, até o ano de 1906, uma concentração nos

² Livros de atas de exames localizados no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

meses de novembro. Sendo que, a partir daquele ano, os exames passaram a ocorrer somente nos meses de dezembro. É possível que a mudança de mês, passando de novembro para dezembro, indique uma alteração quanto ao período de realização dos exames, estabelecido nos regulamentos da Instrução Pública ao longo do período, assim como uma alteração do próprio calendário do ano letivo. Ao refletir sobre os usos do tempo Rita Gallego (2003), em sua dissertação sobre a escola primária paulista entre 1890 e 1929, assinala que naquele período as escolas não adotavam calendários como os reconhecidos atualmente, e que os mesmos foram resultado de muitos debates e interesses de legisladores, inspetores, professores, alunos e pais de alunos. Ainda segundo Gallego, “até o fim do século XIX e início do século XX, não havia um tempo e um calendário escolar autônomos, o que impedia a organização de um sistema de ensino e o controle do tempo escolar” (2003, p. 44). Juntamente com as mudanças na organização do tempo escolar, alunos e professores foram submetidos a uma nova relação com o tempo, uma vez que suas atividades passaram ser mais controladas (Gallego, 2003, p. 44).

Em sequência ao apontamento das datas, as atas contemplam informações de identificação da aula pública, utilizando muitas vezes como referência o nome da professora responsável, assim como o local em que está situada a respectiva sala. Seguem algumas identificações encontradas:

“... comparecendo eu na sala em que funciona a quarta aula pública do sexo feminino a cargo da professora D. Candida França de Moraes Cidade” (4ª Aula Pública do sexo feminino, folha 5, ata de exame de 1878).

“... compareceram no edifício sito á rua S. José no. 3, onde funciona a aula publica mixta regida pela talentosa professora Exa. Snra. Da. Hilda do Canto e Silva”. (37ª Aula Mista, folha 5, ata de exame de 1905).

Verifica-se a possibilidade de acompanhar por quanto tempo uma mesma professora atuou em uma única localidade, bem como alterações quanto à própria identificação da aula, como o caso do Livro da Aula Mista da Rua Voluntários da Pátria, que entre os anos de 1892 a 1902 constava como a “sala de aula pública” regida ou dirigida pela professora Maria Ignez Garibaldi, para em 1903 ser denominada como “sala

da 29ª aula pública”. Em referência ao período de atuação das docentes, é válido destacar duas situações observadas: a existência de aulas públicas em que durante um longo período uma única professora atuou, como os casos da 4ª Aula Pública do sexo feminino (Candida França de Moraes Cidade – atuou durante 36 anos), 37ª Aula Mista (Maria Innocência do Couto e Silva - 21 anos), Aula Mista da rua Voluntários da Pátria (Maria Ignez Garibaldi - 14 anos) e 40ª Aula Mista (Malvina Francisca de Azevedo - 11 anos). Diferente das demais aulas analisadas observou-se que na 43ª Aula Mista cinco docentes atuaram durante os 10 anos de apontamentos.

As professoras e os examinadores

As avaliações anuais eram coordenadas pela inspetoria geral de instrução pública. Sabe-se que a inspetoria, seguindo o regulamento vigente, além de determinar as datas dos exames, definia a constituição da respectiva comissão examinadora. A função dos examinadores³ era de avaliar os alunos, *interrogando* individualmente cada um deles conforme programa de ensino em vigor. Percebe-se, portanto, que os professores, responsáveis pelo processo de ensino ao longo do ano, ficavam afastados de avaliar seus alunos. Em relação a esta condição dos mestres, Mônica Jinzenji adverte que as determinações legais para realização das avaliações visavam colocar as rotinas escolares sob vigilância do governo e da população (2010, p.177-180). Ao estudar as escolas públicas de primeiras letras de meninas em Minas Gerais na primeira metade do século XIX, a autora indica que a legislação provincial solicitava aos mestres que os resultados dos exames, assim como os dados dos livros de matrícula, deveriam ser públicos, de modo a comprovar sua veracidade (2010, p. 179). O fato de “tornar público” era um mecanismo de fiscalização que tornava a população corresponsável por atestar e verificar as afirmações dos mestres, como o número de alunos matriculados e o desempenho final das alunas (Jinzenji, 2010, p. 180).

Ainda segundo Jinzenji, na abertura dos exames as professoras proferiam discursos voltados tanto às alunas quanto ao público, os quais vinham a ser publicados

³ Conforme Artigo 89 do Regimento Interno das aulas públicas de 1867 (Schneider, 1993, p. 267).

nos jornais do período. Nesses discursos “(...) se pode perceber de forma mais marcante o desconforto, tanto das professoras, quanto das alunas, diante da situação do exame público e da sua inevitabilidade, visto que é imposto por lei” (2010, p.186). Além disso, Jinzenji analisa a fala de uma professora de Ouro Preto, observando que a mesma atribui aos “diferentes talentos e disposições”, os diferentes “adiantamentos” do grupo de alunas avaliadas. Com isso a professora estaria diluindo sua responsabilidade no desempenho dessas alunas (2010, p.186). Observa-se assim, que durante esta cerimônia as capacidades dos professores eram igualmente avaliadas, uma vez que o resultado das avaliações versava sobre o trabalho desenvolvido pelos mestres, segundo a análise de Clarice David em seu texto sobre os examinadores das escolas públicas do interior de Minas Gerais no final do século XIX. No que se refere aos exames, David destaca que

Assim mediante um ritual, que é o exame, são estabelecidas hierarquias referentes ao saber que são sancionados ou desqualificados por aqueles que estão no posto de avaliar as aprendizagens dos alunos das escolas (2008, p. 2).

Interessando-se por compreender os sujeitos “que estão no posto de avaliar”, entendendo a relevância de sua função no momento do exame e da posição de estranhos àquela aula, o estudo das atas possibilita visualizar algumas particularidades do universo que abrange os examinadores, como a quantidade de avaliadores envolvidos, a ocupação desses sujeitos e a participação por gênero.

Com relação à quantidade de membros das comissões examinadoras, observou-se que dos 108 registros de exames, a composição das comissões contou com dois membros em 48 avaliações e três membros em 46 avaliações. Foram também encontrados exames com apenas um membro (cinco exames) e, ainda, uma situação com cinco examinadores.

Identificou-se, também, com base na composição das comissões, que algumas aulas públicas tiveram os mesmos examinadores em determinados anos, como a Aula Mista da rua Voluntários da Pátria e a 4ª Aula Pública do sexo feminino entre os anos de 1892 a 1896, e em 1898, 1900 e 1901. Da mesma forma, foram observadas entre os anos de 1897 e 1910 comissões com membros em comum.

No levantamento dos examinadores, identificaram-se 100 diferentes nomes⁴ presentes nas atas, sendo 42 mulheres e 58 homens. Em relação à participação das mulheres, identificaram-se nos registros pequenas participações até o ano de 1896: em 27 exames, apenas dois contaram com a presença de mulheres compondo a comissão examinadora. A partir de 1897 tal situação passa gradativamente a se alterar. Com a crescente participação das mulheres, observa-se que nos cinco registros de exames de 1907, todos contavam com examinadoras e, em três dessas avaliações, apenas mulheres formaram a comissão.

Outro aspecto a ser analisado por intermédio dos apontamentos e do cruzamento de dados entre as aulas públicas são as ocupações dos sujeitos escolhidos para compor as comissões examinadoras. Do montante de atas avaliadas, identificaram-se as atividades de 47 examinadores, sendo elas as carreiras de: professor(a), patentes militares (Capitão, Major, Tenente Coronel, Coronel) e autoridades locais (inspetor escolar, inspetor paroquial, membro de conselho distrital e presidente de conselho distrital). É válido destacar que, todos os militares identificados foram denominados em um dado momento como presidentes da comissão examinadora, da qual faziam parte.

O desempenho dos alunos

As atas trazem também apontamentos sobre os alunos que seriam avaliados. É pertinente destacar que, conforme as atas analisadas, o ritual da avaliação anual contava com um número significativo de alunos presentes, mas apenas uma pequena parte desse grupo era submetida aos exames ou aos exercícios regulamentares. De acordo com os registros da 37ª Aula Mista no ano de 1909, “estiveram presentes ao exame 74 alumnos” (Ata 01/12/1909), mas destes apenas 23 foram avaliados: 13 realizaram exame e os demais, exercícios. Entendidos como membros da respectiva aula pública⁵, 51 alunos estavam no momento do exame, mas efetivamente não foram avaliados. Essa situação se repete em todos os anos em que se indica a quantidade de alunos presentes, e nas demais aulas

⁴ No total das 108 atas foram localizados 101 nomes, mas um deles está ilegível.

⁵ Não foram encontradas nas atas evidências que indicassem que os alunos presentes eram de outras aulas públicas.

públicas em estudo, como o caso da 4ª Aula Pública. Conforme a Tabela 1, é possível acompanhar o quão expressiva era tal situação:

Tabela 1 – Alunas presentes nas últimas 7 atas de exame da 4ª Aula Pública

	1907	1906	1905	1904	1903	1902	1901
Alunos presentes	48	50	54	34	72	56	42
Realizaram Exame	1	1	1	1	1	1	1
Realizaram Exercícios	13	12	6	6	17	12	16
Demais alunos	34	37	47	27	54	43	25

Fonte: Livro de atas de exames e termos de visita da 4ª Aula Pública do sexo feminino;

Percebe-se, portanto, a necessidade de uma reflexão mais aprofundada quanto aos motivos que levaram estes alunos a não serem avaliados e nem mesmo submetidos aos exercícios para averiguar os respectivos graus de adiantamentos.

Entretanto, em algumas atas evidencia-se a existência de definições que antecederiam o momento dos exames. Verificou-se que em um determinado grupo de crianças presentes, algumas já estariam pré-definidas para realizar os exames, enquanto outras apenas os exercícios, como é sugerido pelos trechos das atas de 1914 e 1915 da 43ª Aula Mista:

“Presentes 24 alumnos foram examinados em leitura, analyse, geographia, historia do Brazil, e *arithmetica até systema métrico decimal*, os alumnos [...]. Os demais alumnos fizeram exercicios de leitura, manuscripto, e *contas das quatro operações dos inteiros*, respondendo satisfatoriamente”. (Ata de exame em 04 de dezembro de 1914, sem grifo no original).

“Presentes 22 alumnos foram examinados em classes, a primeira composta de cinco alumnos, que arguidos em leitura, historia do Brazil, geographia e *pequenos problemas sobre as quatro operações dos numeros inteiros fracções decimais* distinguiu-se o alumno Alfredo Mottola. As 2ª e 3ª classes arguidas em leitura e *contas* responderam satisfatoriamente”. (Ata de exame em 01 de dezembro de 1915, sem grifo no original).

Tal situação dos alunos das escolas isoladas de Porto Alegre nos sugere que os alunos eram previamente avaliados, e somente aqueles que estivessem com determinado nível de aprendizado poderiam ser submetidos aos exames. O mesmo foi indicado por Souza, quanto à realidade dos alunos da Província de São Paulo ao final do Império, em que os mesmos não realizavam exames regulares, ocorrendo a verificação final apenas quando eram considerados aptos, isto é, quando finalizavam a aprendizagem (Hilsdorf, apud Souza, 1998, p. 242).

Com relação à apresentação do grupo de alunos avaliados, os registros revelam dois momentos: inicialmente são indicados nominalmente aqueles que foram submetidos ao exame e, na sequência, é apresentado o resultado final de tal avaliação. Em um segundo momento é indicada a quantidade de alunos que realizaram os exercícios. Observa-se no conjunto de atas que os resultados são apresentados conforme uma classificação dos alunos: aprovação com distinção, aprovação plena ou aprovação simples.

Em vista das provas porque passaram e do modo como responderam, a comissão resolveu classificar os alumnos na seguinte ordem. Approvada plenamente: D. Hermenegilda de Castro Loureiro e Delermundo Cassú. Approvada simplesmente: Antonio Juliano e Alfredo Wettermck (37ª Aula mista, Ata do exame de 1902).

A sra. Professora apresentou a comissão seus alunos para serem arguidos nas disciplinas que constituem o ensino público primario, os quais, depois de minuciosamente interrogados, ficam assim classificados em grão de aprovação, por merecimento: aprovados plenamente: Alfredo Garibaldi e Oseas Brayar (Aula mista da Rua Voluntários da Pátria, Ata do exame de 1893).

Nesta etapa dos registros, evidencia-se a oportunidade de analisar o uso de determinados termos que acompanham a descrição do desempenho dos alunos, verificando seus respectivos significados no período. Como o caso do termo *classe*. Segundo Rosa Fátima de Souza, em seu livro sobre a implementação da escola primária graduada em São Paulo, com a classificação surgem as noções de classe e série (1998, p. 33). Admitindo-se a polifonia do termo classe, é preciso enfatizar que ao longo do tempo

essa palavra não possuiu o mesmo significado⁶, permitindo variações na interpretação, e conseqüentemente, no emprego. No que se refere ao estudo proposto das atas foi possível distinguir ao menos dois distintos empregos da palavra. O primeiro deles indica classe como uma separação entre as turmas de alunos, entre os que estão preparados e, portanto, serão submetidos ao exame e uma segunda turma com aqueles que realizaram os exercícios:

Pela respectiva professora a Exma. Sra. Dna. Laura Candida da Cunha foi apresentada uma turma composta dos seguintes alunos: [...] que arguidos em Portuguez, Arithmetica, Historia e Geographia, responderam satisfactoriamente sendo aprovados com distincção. (2ª Aula Pública Mista, 28 de novembro de 1900).

Foram arguidas todas as alumnas e alumnos, nas materias do ensino primario, pela ordem das classes a que pertencem, e de acordo com as prescrições do regimento interno das escolas elementares do Estado (47ª Aula mista, ata de exame em 29 de novembro de 1900).

A Sra. Professora apresentou a exame a classe de três alunos que obtiveram as seguintes aprovações: [...]. Logo após fez exercicio uma classe que demonstrou bom aproveitamento em todas as disciplinas do curso elementar. (47ª Aula mista, ata de exame em 25 de novembro de 1903)

Nesse caso, o termo classe remete a uma divisão que antecede à avaliação, sugerindo uma separação entre os alunos, acompanhada pelos docentes ao longo do processo de ensino. Na segunda situação ocorre o contrário. Verifica-se que classe foi utilizada para distinguir os alunos conforme seu desempenho no exame segundo os apontamentos da ata de 1910 da 37ª aula mista:

[...] deu-se começo aos exames finaes nas materias regulamentares obtendo-se o seguinte resultado.

1ª Classe: aprovadas com distincção: Marina Pereira daRosa, Laura Pinto Silveira.

2ª. Classe: aprovados plenamente: Candida Juliano, Nair Pereira da Rosa e Luciano Fraga

3ª Classe: aprovadas em exercicio nas materias regulamentares: Mª. da Glória Poli, Rosa Christina Reis, Isabel Mineiro, Adelina Franzani, Maria Angela Fernandes, Olivia Bana, Amelia Rosalino e Ottilia Lopes (37ª Aula mista, ata de exame em 01 de dezembro de 1910).

⁶ David Hamilton discute as origens do termo classe em: Teoria & Educação, v. 6, p. 33-52, 1992.

Intencionando aproximar o termo ao seu emprego no período em estudo, pesquisou-se no Grande Dicionário da Língua Portuguesa (1789-1945), de António de Moraes Silva, a palavra classe implica a ideia de separação, classificação de grupos:

Cada um dos grupos ou divisões de uma série ou conjunto; secção ordem, ramo categoria; espécie, género, variedade, qualidade [...] conjunto de indivíduos do mesmo posto; [...] Escolar. Aula em que se ensina certa disciplina [...]. Alunos de uma aula [...] (Silva, 1945, Vol. III, p. 173-174).

Com relação à classificação dos alunos, outro aspecto relevante é a possibilidade de acompanhar o desempenho escolar de um determinado grupo de alunos ao longo de um período. Ao falar sobre o uso dos livros de ata dos exames como fontes para o estudo histórico da cultura escolar, juntamente com registros de visitas de inspetores e livros de matrícula, Souza indica que tais documentos podem “surpreender pelos seus vestígios indiciários” (2000, p.14) e a autora completa ainda que os livros de exames “(...) arrolam anualmente o número de aprovações e reprovações por classe/série. Tais livros permitem o estudo cronológico do desempenho e da seletividade escolar” (Souza, 2000, p.15). Percorrendo os registros dos livros com maior número de atas, observaram-se as seguintes situações nos apontamentos.

Na 37ª Aula mista em vinte atas, constam nos apontamentos 142 diferentes estudantes avaliados, os quais foram distribuídos da seguinte forma: 91 alunos fizeram exames/exercícios em apenas um ano na respectiva escola, 39 alunos participaram das avaliações em dois anos, 10 alunos em três e os casos das alunas Dalila Barboza da Silva e Nadyr da Rosa, avaliadas em quatro e cinco anos respectivamente. No caso de Dalila da Silva, ela participou dos exercícios regulamentares em 1903. No ano seguinte, conforme os apontamentos da ata, ela foi a única aluna que fez exame, obtendo aprovação. Em 1905 e 1906 ela foi aprovada com distinção nos dois exames. Observa-se que o desempenho da aluna nos exames apresenta um crescimento gradual: no primeiro ano, realiza os exercícios para avaliar seu grau de adiantamento; no segundo, é aprovada simplesmente e nos dois anos seguintes é aprovada com distinção. Tal situação se repete com Nadyr Rosa. Conforme os registros da ata do exame de 1912, a aluna foi aprovada simplesmente. Na avaliação de 1913, Nadyr é aprovada plenamente e nos três anos

seguintes, aprovada com distinção. Sendo que no último ano em que foi submetida ao exame, foi a única a ser aprovada com distinção entre os 12 alunos que realizaram exame no ano de 1916.

Já o caso da 4ª Aula do sexo feminino, no total de 33 atas em 36 anos de registros, foram identificados 88 diferentes alunos avaliados⁷, os quais foram distribuídos da seguinte forma, conforme o número de participações nas avaliações: 59 alunos realizaram exame ou exercício uma única vez, 20 participaram em dois anos, cinco em três e quatro alunas participaram de quatro avaliações anuais, Celina Laydner, Mathilde Grega, Noemia de Menezes Godinho e Olga Cidade, todas entre os anos de 1897 e 1900. De acordo com os apontamentos das atas constata-se o seguinte cenário das avaliações:

Tabela 2 – Avaliações 4ª Aula do sexo feminino entre 1897 e 1900.

	1ª Avaliação	2ª Avaliação	3ª Avaliação	4ª Avaliação
Celina	Aprovada simplesmente	Aprovada plenamente	Aprovada plenamente	Aprovada plenamente
Mathilde	Aprovada simplesmente	Aprovada plenamente	Aprovada plenamente	Aprovada plenamente
Noemia	Aprovada simplesmente	Aprovada plenamente	Aprovada com distinção	Aprovada com distinção
Olga	Aprovada simplesmente	Aprovada plenamente	Aprovada com distinção	Aprovada com distinção

Fonte: Livro de atas de exames e registros de inspeções da 4ª aula do sexo feminino.

Verifica-se nos resultados dos exames, especialmente das alunas Noemia e Olga, que o desempenho segue o aumento gradual encontrado nas avaliações da 37ª aula pública, apesar dos períodos serem distintos. As classificações encontradas nas atas sugerem que os alunos submetidos aos exames e/ou exercícios tendiam a crescer no grau da avaliação, por exemplo, em um ano ser aprovado simplesmente e no ano seguinte ser aprovado plenamente, ou se manter com o mesmo grau de aprovação, como a situação da aluna Celina nas últimas três avaliações – Tabela 2. Não foram encontradas situações, por exemplo, nas quais alunos aprovados com distinção em um determinado ano, tenham sido aprovados simplesmente no ano seguinte.

⁷ A 4ª aula do sexo feminino passou a ser mista em 1906.

Considerações Finais

Ao longo desta reflexão intencionou-se apresentar alguns aspectos referentes às práticas dos exames do ensino primário nas escolas isoladas de Porto Alegre. Entre algumas das particularidades encontradas, através da análise das atas dos exames, verificou-se que, apesar do gradual aumento do número de mulheres nas comissões examinadoras ao longo do período em estudo, os homens permaneceram como a maioria dos examinadores. É possível supor que maior envolvimento dos homens pode ser um reflexo da sociedade constituída no período, onde as mulheres possuíam pouca participação no espaço público. Outro aspecto relevante observado foi a escolha efetiva dos membros para as comissões examinadoras. A partir das atividades identificadas, constatou-se nas comissões a participação de professores externos às aulas avaliadas, militares e autoridades da localidade, sugerindo que na escolha dos examinadores estavam envolvidos critérios como a formação e conhecimento dos indivíduos, bem como os cargos ocupados na sociedade local.

Quanto ao desempenho dos alunos, as classificações encontradas nas atas atentam que os alunos que eram submetidos aos exames tendiam a permanecer no mesmo grau ou crescer dentro das categorias estabelecidas – aprovados simplesmente, aprovados plenamente e aprovados com distinção –, não havendo situações expressas de reprovação escolar, tal como conhecemos atualmente. Entretanto, percebe-se que o presente estudo não esgotou as possibilidades de análises, ficando evidente a necessidade de aprofundar ainda mais cada um dos elementos enunciados, bem como elencar outros que não vieram a ser contemplados. Para tanto, compreende-se o quão oportuno e rico pode ser o cruzamento dos apontamentos localizados nos livros de atas com outras fontes, como os regimentos internos dos estabelecimentos de ensino do período em estudo, os livros de matrícula e de frequência das respectivas aulas, e jornais da época.

Referências

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Zahar, 2005.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia.** São Paulo: Unesp, 1999.

DAVID, Clarice Lisandra. Os examinadores das escolas públicas primárias de Itabira do Matto Dentro/MG na segunda metade do século XIX: formação e sociabilidade. **VI Congresso Brasileiro de História da Educação.** 2008.

DIDACTA magna: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/didaticamagna.pdf>. Acesso em 28/03/2014.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Uso (s) do tempo: a organização das atividades de alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-1929).** Dissertação (Mestrado em Educação)–Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 16-50. 2003.

HAMILTON, David. Sobre as origens dos termos classe e curriculum. **Teoria & Educação**, v. 6, p. 33-52, 1992.

Livro de registro de atas de exame e termos de visita da aula mista da Rua Voluntários da Pátria, Porto Alegre, 1893 – 1912 (Código: I246);

Livro de registro de termos de inspeção da 2ª aula pública mista de Porto Alegre, 1898 – 1900 (Código: I247);

Livro de registro de termos de inspeção da 40ª aula da av. Filadélfia de Azevedo, Porto Alegre, 1898 – 1909 (Código: I248);

Livro de atas de exame e termos de inspeção da 37ª aula mista sita em Porto Alegre à rua Ramiro Barcelos, 186, 1899 – 1919 (Código: I249);

Livro de registro de atas de exame e termos de visita da escola pública de Boqueirão (Belém Velho), Porto Alegre, 1902 – 1907 (Código: I250);

Livro de exames e termos de visitas da 43ª aula mista do Caminho do Meio e Passo dos Dorneles, Porto Alegre, 1908 – 1918 (Código: I253);

Livro de atas de exame da aula mista do Arraial de São José, Porto Alegre, 1898 – 1903 (Código: I254);

Livro de atas de exame e termos de visita da 4ª aula pública do sexo feminino do 2º distrito de Porto Alegre e 26ª aula pública, Porto Alegre, 1873 – 1908 (Código: I255)

PERES, Eliane Teresinha. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir. A escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909-1959)**. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2000. pp.1-80.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no Rio Grande do Sul, 1770-1889**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1993.

SILVA, António Moraes da. **Grande Dicionário da Língua Portuguesa**. 10ed. Editorial Confluência, 1945.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890-1910**. São Paulo: Unesp, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: **Ideário e imagens da educação escolar**, v. 73, p. 3-23, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: (ensino primário e secundário no Brasil)**. São Paulo: Cortez, 2008.